



Comunicação e Direitos Humanos: Instrumentos de Transformação Social¹

Larissa Beatriz da Silva AVIZ²

Uriens Maximiliano Ravena CAÑETE³

Voyner RAVENA-CAÑETE⁴

Universidade da Amazônia e Universidade Federal do Pará, PA.

RESUMO

Enquanto áreas próximas do saber, Direito e Comunicação Social representam a possibilidade de transformação da sociedade, sobretudo, quando associadas, representam a garantia do Estado de Direito. Observando técnicas informacionais e de intervenção, este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa junto a uma comunidade que convive com o discurso sobre direitos, proporcionado por um grupo de pesquisa da Universidade da Amazônia. Descreve as mudanças observadas entre seus moradores mediante processos de informação sobre direitos fundamentais. Analisa, especificamente, o discurso reelaborado após atividades de capacitação e informação sobre direitos humanos desenvolvidas pelo grupo de pesquisa mencionado. Ressaltando a possibilidade de incorporar ações marcadas por uma lógica de cidadania voltada para os direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Comunicação; Comunidade.

1. Introdução

A dignidade humana representa a pauta de vários documentos que marcaram a história do mundo ocidental. A Declaração Universal de Direitos Humanos, em uma perspectiva histórica, foi precedida pela Carta da Virgínia de 12 de junho de 1776 e declaração do Homem e do Cidadão na Revolução francesa em 1789. Enquanto documentos que marcaram e registram avanços da sociedade ocidental, no que se

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduada em Comunicação Social – Relações Públicas pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Discente do Curso de Turismo da Universidade Federal do Para – UFPA e bolsista do Projeto de Extensão “Água, vida e cotidiano: recuperando histórias e incentivando o uso sustentável de corpos d’água na cidade”. E-mail: beatrizaviz@gmail.com.

³ Discente do Curso de Comunicação Social - Jornalismo e bolsista de Iniciação Científica do projeto de Extensão “O Fazer Virtuoso: Geração de Renda, Empoderamento e Consciência Ambiental No Igarapé Mata-Fome” da Universidade da Amazônia. E-mail: uriensmax@gmail.com.

⁴ Orientadora do trabalho. Profª. Drª. da Universidade Federal do Pará - UFPA e Coordenadora do Projeto de Extensão “Água, vida e cotidiano: recuperando histórias e incentivando o uso sustentável de corpos d’água na cidade”. E-mail: ravenacanete@uol.com.br.



referem aos direitos individuais, todos esses instrumentos jurídicos trazem em seu bojo o direito à dignidade. Definição ampla e que merece um olhar mais detalhado, já que padrões culturais de comportamento podem relativizar ou mesmo alterar esses valores. Mas a questão que permanece refere-se à necessidade dos indivíduos em compreender e ter acesso às informações que garantem escolhas. Ou seja, mesmo que em uma dada cultura, situações questionáveis quanto aos direitos humanos sejam vistas como normais, cabe aos indivíduos decidir a quais valores se irão filiar. Entram em cena, então, processos informacionais e de denúncia que oferecem aos indivíduos oportunidades de escolha.

No entanto não é necessário buscar culturas exóticas ou distantes para se pensar situações conflituosas quanto à garantia dos direitos humanos. Em países pobres, ou mesmo os em desenvolvimento como o Brasil, situações de natureza questionável quanto à dignidade humana estão em cena quase todos os dias. No caso do Pará, e em especial Belém, quadros de pobreza e de exclusão marcam o cenário da cidade. Alterar tais cenários é um desafio, que nem sempre o poder público consegue enfrentar com êxito e outros atores sociais passam a interagir buscando minimizar tais quadros. Neste sentido a possibilidade de instituir processos informacionais capazes de prover uma comunidade do conhecimento necessário para a garantia dos direitos, representa um desafio posto não apenas para o Direito, mas para demais ciências, entre elas a Comunicação Social. Assim sendo, este trabalho apresenta a comunicação dos direitos humanos na área de desenvolvimento do projeto “O Fazer Virtuoso: Geração de Renda, Empoderamento e Consciência Ambiental No Igarapé Mata-Fome” - IMF⁵. Foram ouvidos professores, técnicos e alunos sobre as atividades da instituição onde é possível perceber não só o discurso, mas também a compreensão sobre a realidade através do discurso de direitos humanos na comunidade.

2. Direitos humanos: uma descrição a partir de trajetórias históricas.

Os primeiros pensamentos acerca dos direitos Humanos surgiram por volta do início do século XVII, no período de transição do sistema feudal para a sociedade burguesa. Esta influenciada pelos ideais iluministas começou a reivindicar a liberdade

⁵ O projeto foi inicialmente chama do de Igarapé Mata Fome, no decorrer do início de sua execução entre os anos de 2002 a 2004. Em 2005 a partir da segunda etapa de execução do projeto, este passa a ser nomeado como: “O Fazer Virtuoso: Geração de Renda, Empoderamento e Consciência Ambiental No Igarapé Mata-Fome”. Para a leitura deste texto o projeto será denominado apenas como IMF.



de propriedade, principalmente econômica, a constituição dos direitos civis e políticos. Dornelles (1993) considera esta primeira geração dos Direitos Humanos como sendo dos Direitos Individuais.

Ao longo dos últimos duzentos anos a história foi marcada por diferentes declarações e testemunhos de garantia da dignidade humana: Declaração de Direitos da Virgínia de 12 de junho de 1776, pela Independência Americana; Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na Revolução Francesa em 1789; e a Declaração Universal dos Direitos do Homem proclamada em 10 de dezembro de 1948 pela Assembléia das Nações Unidas. Todas representam o resultado de lutas dos povos contra a ausência de dignidade e direitos. As declarações são permeadas de ideais que contribuíram para a formatação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo esta um dos documentos básicos das Nações Unidas, assinada em 1948. Mas o que são Direitos Humanos?

Dornelles (1993, p. 09) nos mostra vários entendimentos a respeito dos Direitos Humanos, como “direitos inerentes à vida, à segurança individual, aos bens que preservam a humanidade”. Para outros “é a expressão de valores superiores, ou ainda produtos da competência legislativa do Estado ao reconhecerem direitos e estabelecer um equilíbrio na sociedade”. Enfim, a dignidade humana é um tema que perpassa uma série de entendimento e significados. Dornelles (1993, p. 16) ressalta três concepções sobre os direitos da pessoa humana: *Concepção Idealista* que fundamenta os Direitos Humanos a partir de uma “ordem transcendental, supra-estatal, que pode ser manifestada na vontade divina, ou nascem pela força da natureza humana”; a *Concepção Positivista* que “apresenta os direitos como sendo fundamentais e essenciais, desde que reconhecidos pelo Estado através de sua ordem jurídica”, nesta concepção o direito só “existe quando está escrito na lei”; já a *Concepção Crítico-materialista* parte da “explicação de caráter histórico estrutural” onde acredita que os direitos humanos não passavam de expressão formal de um processo político-social e ideológico realizado por lutas sociais no momento da ascensão da burguesia ao poder político. As três concepções representam diferentes conceitos em momentos peculiares ao longo história, do pensamento e da sociedade humana, e isto ocorre de acordo com o posicionamento político-ideológico do cenário maior.



Com base na *concepção positivista*, no Brasil, a Constituição Brasileira aparece como instrumento de garantia de direitos através das leis e do Estado. Segundo o Artigo 5º desta Constituição todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...) Garantindo-se a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade e a igualdade, a segurança e à propriedade.

Porém, ao lançarmos o olhar sobre a realidade da maioria dos brasileiros é possível verificar que esta não condiz com o instrumento de garantia de direitos. O que se encontra, de fato, são milhares de indivíduos que vivem com a ausência dos direitos básicos como educação, saúde, alimentação, segurança, trabalho e moradia, ou seja, ausência de dignidade.

Observando uma realidade mais próxima como à comunidade Bom Jesus I, localizada no bairro do Tapanã, Belém – PA, a área de atuação do Projeto de extensão IMF da Universidade da Amazônia – UNAMA é possível perceber que um dos motivos que contribuem para que estes direitos não sejam garantidos é a ausência de informação e conhecimento da população em relação aos seus próprios direitos. É importante lembrar que o acesso à informação esta estabelecido no artigo 5º da Constituição Brasileira (XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional). A comunicação apresenta-se como uma possibilidade de mudança deste quadro social na medida em que ajuda a população a ter acesso as informações.

3. Comunicação Social: o jornalismo como conhecimento e forma de transformação social

Para conviver em sociedade o ser humano, desde a sua criação, partindo de sua necessidade natural de comunicação, passou a criar processos de troca de informações e intercâmbio de conteúdos simbólicos. As formas de se comunicar do homem passaram por uma evolução que rompe fronteiras de tempo e de espaço, desde as mais antigas formas de comunicação gestual até os mais recentes desenvolvimentos de tecnologias. Pode - se perceber que a comunicação encontra-se presente em praticamente todos os aspectos do mundo contemporâneo, evoluindo aceleradamente, junto com os diversos tipos de relações sociais. Com base nisto, tem-se realizado vários estudos acerca da comunicação. Tal assunto tem vários prismas de interpretação e requer um



aprofundamento sobre as divergências e convergências de entendimento de assuntos diversificados. Dentre eles, o jornalismo como forma de conhecimento ou meio pelo qual se pode chegar a ele.

A priori a ciência é o grande meio de produção de conhecimento e o mais confiável, pois, consegue provar com métodos específicos os acontecimentos e variações da realidade. No entanto, é necessário frisar que nem todos conseguem entender o que é passado pela ciência, pois, suas explicações da realidade são restritas aqueles que apresentam domínio e conhecimento de um vocabulário peculiar as produções científicas.

Nessa perspectiva, o jornalismo enquanto conhecimento, muitas vezes é classificado como uma ciência menor. No entanto, tal definição não é justa, pois, mais que uma ciência o jornalismo pode ser usado como uma espécie de decodificador e tradutor, ou seja, repassar a idéia dos cientistas para uma linguagem mais acessível à população. Então, pode-se compreender que o jornalismo e a ciência se distinguem apenas ao dizermos que o jornalismo é um “conhecimento de”, utilizado no cotidiano, e a ciência é um “conhecimento sobre”, sistemático e analítico.

Assim, o jornalismo não é necessariamente um conhecimento melhor ou pior que a ciência, apenas diferente. “[...] O jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais.” (MEDITSCH, 2002, p.11). Considerando tal afirmação, nota-se que o jornalismo vai além do simples ato de passar informação. Assim ele pode ser visto como um conhecimento de caráter específico.

Seguindo o argumento de que a ciência não só explica, mas sim estabelece varias leituras e, portanto, interpreta a realidade, as epistemologias críticas têm se dedicado a desmistificar a compreensão de que a ciência seria a única forma de conhecimento. Tais epistemologias contribuíram para desconstruir o ideal de uma verdade obrigatória, trazendo então a aceitação de outros modos de conhecimentos ou verdade que poderiam ser consideradas e relativas, a partir da leitura de cada olhar.

Nesse sentido, a sociologia e antropologia, por exemplo, inovam, pois, alegam que a metodologia científica não é o único modo de conhecer e nem significa o mais



importante para a existência da sociedade. Elas apresentam os seus conhecimentos mais para uma “Razão mais refinada”, que consiga dar conta de interpretar a complexidade encontrada nas sociedades.

Nessa perspectiva de cognição o pedagogo Paulo Freire distingue o cérebro dos humanos e dos animais, alegando que o ser humano está sempre aberto para novos tipos de aprendizagem e conhecimento. Mostra que qualquer tipo de informação é comunicada de uma pessoa a outra com sucesso apenas quando há o reconhecimento da mensagem. O ser humano somente prende quando a mensagem é re-conhecida pela pessoa que a recebeu. “[...] Desta forma, pode-se afirmar que o conhecimento não se transmite, antes se *re-produz*”. (MEDITSCH, 2002, p.13).

A emoção entra, portanto, em cena nesse processo, ocupando um espaço tão importante quanto o dado objetivo em si. Pois, a emoção influencia na sua forma de conhecimento, trazendo consigo experiências que irão decidir nas escolhas de um conhecimento. “O processo incessante de produção e *re-produção* do conhecimento depende não só do equipamento cognitivo dos indivíduos, mas também das possibilidades de socialização das suas experiências.” (MEDITSCH, 2002, p.13).

De toda forma, o conhecimento científico mostra-se um conhecimento complexo. Nesse caso, o jornalismo vai para outra direção, tentando devolver para sua realidade na transparência coletiva. A amplitude de conhecimento é limitada, todavia, a intenção do emissor é a compreensão das mensagens para o público alvo. Assim,

[...] O jornalismo encontra uma de suas principais justificações sociais: a de manter a comunicabilidade entre o físico e o advogado, o operário e o filósofo. Enquanto a ciência evolui reescrevendo o conhecimento do senso comum em linguagens formais e esotéricas, o Jornalismo trabalha no sentido oposto. (MEDITSCH, 2002, p.16).

Alegações são feitas apontando o jornalismo como incapaz de passar informações com tanta precisão quanto à ciência. Seriam apenas explicações de senso comum, entretanto, sabe-se que o jornalismo como modo de conhecimento tem uma forma peculiar de relatar e repassar informações, tendo então não somente a capacidade de transmitir a informação com precisão, mas também agregar conhecimentos de novos olhares. Portanto, o jornalismo é uma forma de conhecimento ou mesmo uma forma de



se chegar a ele, pois através dele tem-se a capacidade de construir novos olhares sobre o sistema social e com isso repassá-los, com entendimento e clareza à sociedade maior, possibilitando a criação de novos conhecimentos.

4. O caso do Igarapé Mata Fome: informação como estratégia na busca da garantia da dignidade humana

O artigo 207 da Constituição Brasileira traz a obrigatoriedade da Extensão Universitária, onde “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”⁶.

Neste sentido a extensão apresenta-se para a Universidade da Amazônia como um meio de interação com a sociedade, onde ambas atuam como sujeitos proporcionando o fluxo de conhecimentos, informação e aprendizado entre a academia e a comunidade onde ela está inserida. Tanto a Universidade como as comunidades, onde são desenvolvidas as atividades dos projetos, atuam como sujeitos possibilitando o contato com a realidade em um processo dinâmico de caráter científico, educativo e cultural.

Como já mencionado a Universidade da Amazônia, dentre seus diversos projetos de extensão, desenvolve o projeto “O fazer virtuoso: empoderamento, geração de renda e consciência ambiental no Igarapé mata fome – Belém/PA”. O referido projeto atua com um grupo de mulheres, jovens e adolescentes na área do Igarapé Mata Fome, atualmente na Comunidade Bom Jesus I, bairro do Tapanã, região metropolitana de Belém.

A área de atuação do projeto, segundo a Ravena-Cañete (2006), é marcada por um processo de ocupação espontânea e desordenada, estando sujeita a enchentes periódicas, apresentando um quadro de pobreza e degradação ambiental acentuado.

⁶ Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº. 47 de 05 de julho de 2005. Acessado em: 02/08/2009. Disponível em: www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_05.07.2005/art_207_.htm



Imagem 1 - Área de atuação do projeto – Comunidade Bom Jesus I. Fonte:
UNAMA/2006.

Ravena-Cañete (2006) ressalta que a comunidade Bom Jesus I é composta por uma população jovem, com um baixo grau de escolaridade formal, o que está relacionado à baixa capacidade inserção no mercado de trabalho e conseqüentemente caracteriza-se como uma população de baixa renda. Segundo os moradores da área a violência apresenta-se como um fator de maior desvantagem em morar na localidade, seguido da falta de segurança e da falta de água, respectivamente. A infra-estrutura básica presente na comunidade apresenta grande déficit, sendo o abastecimento de água e esgotamento sanitário inexistente como serviços oferecidos pela gestão pública.

As atividades permeiam o desenvolvimento dos processos de empoderamento⁷ da mulher envolvendo a confecção de produtos artesanais e papelaria em materiais recicláveis. Tais atividades apresentam-se como instrumento de transformação social e melhoria da qualidade de vida, na medida em que estabelecem o desejo de autonomia, relações de amizade e companheirismo entre o grupo fazendo com que as relações dessas mulheres não se estreitem apenas à racionalidade econômica e as atividades doméstica (RAVENA-CAÑETE, 2006), mas se espriam para sentimentos de pertencimento na comunidade.

⁷ Categoria analítica em construção própria da sociologia/antropologia. Refere-se a uma distribuição igualitária do poder na sociedade. (RAVENA-CAÑETE, 2006).



O projeto conta com uma equipe multidisciplinar através da intervenção da Psicologia, Fisioterapia e Direito: A psicologia desenvolve a promoção do capital social, manejo grupal e o acolhimento psicológico; e A fisioterapia atua na orientação à comunidade, programas de atividades terapêuticas e com saúde dos adolescentes da área. Já o balcão de direito desenvolve na comunidade o atendimento relativo às informações básicas de cidadania e organização comunitária.

As atividades do Balcão de direitos surgiram a partir da necessidade de conhecimento a respeito dos direitos fundamentais observada pelos técnicos e bolsistas do projeto. Tais atividades na área eram realizadas através de panfletos informativos, diálogos, grupo de estudos que eram organizados pelos bolsistas e voluntários do projeto. Um exemplo de folder informativo que municiam as atividades mostra-se ilustrados abaixo.



Imagem 1 - Informativo com a temática de direitos humanos: Violência contra a Mulher. Fonte: Arquivo de pesquisa

Como pode ser observado no folder, as temáticas desenvolvidas nas atividades referiam-se à lei Maria da Penha, ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Direito do Consumidor, Direito da Família entre outros tipos de informações a respeito dos Direitos Humanos. Através das entrevistas realizadas com os técnicos e bolsistas do



projeto foi possível observar que anteriormente às atividades realizadas, os moradores próximos à área de atuação e os próprios integrantes do projeto desconheciam os seus direitos de cidadão, e consecutivamente não usufruíam os mesmos.

Segundo o Relatório da exposição feita do Balcão de Direito na área do IMF no dia 03/10/2006, cuja temática abordada foi à importância da Constituição Federal, sendo comentado alguns incisos do art. V foi observado:

O relato da integrante do grupo dizia que um de seus vizinhos fotografou uma parte de seu terreno e sua casa, desta forma a sua dúvida era a de se o fato ocorrido poderia ser considerado como invasão de privacidade (esta dúvida surgiu após a leitura do inciso X do art. 5º). A foto foi tirada para ser colocada nos autos processuais, o litígio se dá em função de o seu filho construir uma casa no terreno em que o vizinho tirou a foto. Dizia este que o terreno lhe pertencia, porém a integrante do grupo afirmou que o terreno estava em sua propriedade.

Levando-se em consideração as temáticas discutidas percebe - se que hoje a comunidade Bom Jesus I detém o conhecimento dos seus direitos, visto que no decorrer das atividades foram disponibilizadas informações à população e conseqüentemente suprimindo parcialmente a carência das informações sobre os direitos humanos. Percebemos ainda que houve uma mudança considerável nos hábitos e costumes das pessoas da área do Igarapé Mata Fome.

Em entrevista, os bolsistas do projeto relatam que uma das adolescentes que participava das atividades do Balcão de Direito, após o diálogo sobre o ECA denunciou seu pai por agressão. O que mostra que antes ela desconhecia seus direitos estabelecidos em instrumento jurídico. É importante ressaltar que posteriormente esta integrante pode ter a cessão a informações importantes para a alteração de sua realidade através deste projeto de extensão.

Ao analisar o discurso sobre o contexto e a ação que é proporcionado pelo projeto de extensão da Universidade da Amazônia perceber que por meio das relações sociais e da comunicação estas informações enquanto forma de conhecimento podem ser acumulados e repassados para toda comunidade Bom Jesus I.



Observa-se que o projeto atingiu seus objetivos com êxito atuando como portal de inclusão social, pois possibilita o acesso a informações importantes para as pessoas residentes na comunidade, em um local de fronteira, onde o Estado se mostra ausente. Nota-se que após o árduo trabalho com a comunidade, o projeto pode promover auto-estima e ampliar consciência cidadã.

5. Considerações finais

Este projeto apresenta-se com uma grande importância tanto para a área beneficiada como para a Universidade da Amazônia. Onde possibilita em um único projeto a integração de várias áreas do conhecimento, a responsabilidade social e a pesquisa científica através dos bolsistas, voluntários e docentes que participam do mesmo. Toda essa importância pode ser considerada como uma estratégia para além do social e em benefício também da organização na medida em que essas atitudes agregam valor à imagem e aos serviços prestados pela instituição. Porém, isto só é possível a partir do momento em que a comunidade acadêmica e a sociedade em geral tenham acesso às informações a respeito dos projetos de extensão existentes na instituição. Daí a importância da comunicação social como estratégia institucional ao analisar a organização na sua totalidade para a divulgação dos projetos desenvolvidos, tanto para o público interno (funcionários e docentes), como para o público externo, que são os alunos e sociedade em geral.

Dessa forma, conclui-se que ações da Universidade da Amazônia junto a seus projetos de extensão, especificamente o projeto IMF possibilita, através da utilização de seus próprios instrumentos de comunicação, a construção de uma imagem de qualidade, proporcionando para a organização a mobilização de redes sociais capazes de integrar a responsabilidade social com o conhecimento científico. Utilizando dessas estratégias é possível divulgar Direitos Humanos nas relações entre instituições de ensino e a sociedade.



REFERÊNCIAS

DORNELLES, J. R. W. **O que são os Direitos Humanos?** 2ª ed. editora Brasiliense. 1993.

MEDITSCH, Eduardo. **A filosofia de Paulo Freire e as práticas cognitivas no jornalismo.** Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-filosofia-paulo-freire.pdf>. Acessado em: 15/04/2009.

Nações Unidas do Brasil. **Declaração dos Direitos Humanos.** Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acessado em: 06/08/2009.

OBERDAN, Dias da Silva. **O que é extensão Universitária?** Disponível em: <http://www.ecientificocultural.com/ECC2/artigos/oberdan9.html>. Acessado: 04/08/2009.

RAVENA-CAÑETE, Voyner. **A descrição do possível: a experiência de intervenção da Unama no Igarapé Mata Fome e o levantamento de dados socioeconômicos.** Belém. Editora Unama, 2006.